

11 MAR 1990

Educação, a última das "prioridades" ESTAD

É lugar-comum dizer-se que no campo da Educação já se tentaram — pelo menos retoricamente — todas as soluções sem que os problemas que afligem o Brasil neste terreno tenham sido resolvidos. Quase sempre os planos elaborados para resolver definitivamente os problemas partem de uma forte dose de otimismo, com resultados anunciados como definitivos e imediatos. A regra, ao que parece, segue inalterada, com pequena diferença de ritmo: o futuro ministro da área, Carlos Chiarelli, garantiu que vai imprimir "um ritmo de Fórmula 1" à Educação brasileira, tendo escolhido a erradicação do analfabetismo "em cinco anos" como a primeira meta — entre outras — da nossa "revolução pacífica na Educação".

Na entrevista que concedeu quando de sua indicação para o Ministério da Educação, o senador gaúcho definiu o que considerava as suas prioridades para o País, que ocupa, segundo o Anuário da Unesco, o 88º lugar no mundo em gastos educacionais: o combate ao analfabetismo, a construção de Cieps, e a revisão, com possível extinção, dos exames vestibulares.

Não é de hoje que se trata a Educação no Brasil a partir da seleção de *alvos*, optando-se sempre, ostensivamente, pelos que tenham maior atrativo popular. Faz parte da tradição brasileira que os governantes de turno, quando levados a falar sobre os problemas educacionais, citem o analfabetismo, com base nos números oficiais do IBGE, que todos lamentam,

alguns profundamente... O assunto é indiscutivelmente sério, tão sério que sua extinção se transformou em meta constitucional.

O que primeiro merece atenção nas idéias apresentadas pelo futuro ministro é a própria seleção das prioridades. A Educação é um processo que exige recursos tanto materiais (físicos) quanto humanos e, dentre estes, os de competência. Requer-se essencialmente que o governante ofereça à discussão da sociedade uma *concepção do processo*, para que sobre este debate se construa um sistema que seja nacional sem ser unitário. Essa é questão delicada sobre a qual nos estenderemos em outro comentário sobre os Cieps. Concentramo-nos agora no "alvo" do analfabetismo. Não se pode dizer com a certeza dos iluminados imbuidos de crença inabalável que o analfabetismo será erradicado no Brasil em *tantos* anos, sejam eles um, cinco ou dez. Afora isso, cabe perguntar de que analfabetismo está o futuro ministro falando? O do adulto que não sabe ler, o da criança, produto da evasão escolar, ou o do *diplomado*, cuja existência o Tribunal Superior Eleitoral se incumbiu de provar às vésperas do último pleito presidencial, vencido pelo sr. Fernando Collor de Mello?

Os números escandalosos a que se referiu o futuro ministro são parte de um problema muito maior; os 32 milhões de analfabetos que o IBGE identifica não englobam os 28% dos eleitores brasileiros que *oficialmente*

sabem ler e escrever pouco mais do que o próprio nome, o suficiente para ficarem à margem da lista negra do IBGE. Ao omitir "analfabeto de diploma" estaria o ministro confirmando a suposição de que esses milhões de brasileiros, cujo acesso ao mundo da cultura e da cidadania só ocorre uma vez a cada biênio, na hora do voto, serão esquecidos para sempre? Ou poderia dizer-se que, como ele "já vota", o problema está resolvido?

Por outro lado, quanto à complexa questão da alfabetização nacional, deve ter-se em mente minucioso estudo da Fundação Carlos Chagas, "Avaliação do Rendimento de Alunos de Escolas de 1º Grau da Rede Pública", publicado em março de 1989, a pedido do MEC. O documento confirma um quadro verdadeiramente desolador, no qual se verifica que porcentagem significativa de crianças, diferenciada em cada região do País, mesmo cursando, por exemplo, a quinta série, são incapazes de ler e escrever. Esses analfabetos, matriculados, nada têm em comum com o "contingente de 23% dos nossos jovens em idade escolar que ainda estão sob o manto negro do analfabetismo", segundo a palavra do novo ministro, em sua entrevista; os 23% a que se refere fazem parte do contingente dos excluídos, aqueles para quem o drama de ser analfabeto é só parte, pequena talvez, de um cotidiano de violência e exclusão. "Solucionar" problemas educacionais fazendo apenas a estatísticas leva sempre a algumas distorções...

As grandes preocupações com o analfabetismo nacional voltaram faz pouco, quando, no começo do ano passado, o IBGE publicou sua última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, na qual se assegurava ser a primeira vez, em cem anos, que crescia o índice de analfabetismo no País. O tema, com o alerta da imprensa, voltou aos discursos, depois de anos de esquecimento em razão do êxito do Mobral e do milagre de se multiplicar o número de diplomas de alfabetizados. Convém lembrar que desde o seu lançamento o programa *milagroso* também marcou data para o fim dos analfabetos... Por outro lado, cabe também lembrar, aos afoitos descobridores do tema alfabetização, que o Instituto Southport provou — em estudo publicado em janeiro do ano passado — que trabalhadores de uma usina nuclear norte-americana não souberam ler o alerta luminoso que indicava superaquecimento do reator! O Instituto estima em pelo menos 30 milhões os trabalhadores do país que não sabem ler ou escrever.

O dado serviu para uma profunda análise do sistema educacional e não houve nenhum corajoso que fixasse data — apesar de todos os recursos norte-americanos destinados à Educação — para a erradicação do mal. Talvez, porque faça parte da cultura pedagógica estadunidense a percepção de que educar é um processo permanente, que dispensa grandes *alvos*, notadamente os mais demagógicos. Voltaremos ao assunto.